

# **Política de Financiamento e Desempenho Educacional: um Estudo Comparativo sobre a Capacidade de Atendimento dos Municípios Brasileiros**

Geniana Guimarães Faria\*

*Politics of Financing and Educational Performance: a Comparative Study on the Capacity of Attendance of the Brazilian Cities*

---

\* Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais  
Data da Defesa Pública da Dissertação de Mestrado – 19 de agosto de 2009.  
Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Marisa Ribeiro Teixeira Duarte – FAE/UFMG.  
Banca Examinadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Marisa Ribeiro Teixeira Duarte - UFMG.  
Prof<sup>o</sup>. Dr. Jorge Abrahão de Castro - IPEA.  
Prof<sup>o</sup>. Dr. José Francisco Soares – UFMG.

## RESUMO

**A** pesquisa relaciona a política de financiamento da Educação dos Municípios brasileiros e o desempenho educacional medido pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e tem por referência a mudança no modo de regulação da política educacional, introduzido nas últimas décadas. Iniciou-se o estudo pela revisão da literatura relativa aos fatores intervenientes no desempenho educacional. Esta tal literatura revelou que a heterogeneidade de recursos, entre as escolas, afeta o rendimento do aluno. Por sua vez, os estudos sobre os mecanismos de financiamento da Educação Básica no Brasil atestam a singularidade política de um sistema educacional custeado mediante vinculação de recursos, transferências intergovernamentais e fundos redistributivos. O Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado em 2007, associou em âmbito nacional o repasse de recursos públicos à obtenção de resultados pelos Municípios brasileiros. Nesse contexto, analisou-se a relação entre a Capacidade de Atendimento educacional dos Municípios brasileiros e o desempenho educacional medido pelo IDEB. Essa capacidade foi analisada sob três diferentes indicadores: Capacidade de Atendimento Protegido, Capacidade de Atendimento Potencial e Capacidade de Atendimento Legal. Foi testada a hipótese se Municípios com mais recursos disponibilizados para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) apresentam melhores resultados no IDEB e vice-versa. Ao final, verificou-se inexistir relação direta entre capacidade de atendimento dos Municípios, medida pelos três indicadores, e desempenho educacional, coerente com a literatura a respeito. Entretanto, observou-se também a associação moderada entre esses indicadores e o desempenho educacional. O estudo conclui pela importância de maior aporte de recursos para a Educação Básica pública nos Municípios. Porém, o modo de regulação institucional deve favorecer medidas redistributivas e focalizadas naqueles com menor Capacidade de Atendimento.

## PALAVRAS-CHAVE

Política educacional; Financiamento da Educação; Capacidade de Atendimento em Educação; IDEB; Educação municipal; Desempenho educacional; Regulação.

**ABSTRACT**

*The main issue of this research, based on the changes in the regulation of education policy introduced in the last decades, is the analysis of the relationship between the municipal education financing policy in Brazil and educational performance, measured by the Basic Education Development Index (IDEB). The study started with a literature review of the variables that influences the educational performance. It revealed that the heterogeneity of resources between schools affects directly the student performance. In turn, the analysis of basic education financing mechanisms confirmed the political singularity of an educational system subsidized by linkage of resources, intergovernmental transfers and redistributive funds. The Education Development Plan, launched in 2007, related in national level the public resources transfer to the results obtained by Brazilian municipalities. In this context, it was analyzed the relationship between the municipal education financing capacity and the educational performance measured by IDEB. This capacity was analyzed under three different indicators: sheltered capacity, potential capacity and Legal capacity. The hypothesis was that municipalities with more resources available for education development and maintenance (MDE) present better results in the IDEB and vice-versa. At the end, considering the current literature, the results did not indicate a direct relation between the municipalities' education financing capacity, measured by those three indicators, and educational performance. However, there was also a moderate association between those indicators and educational performance. The study concludes the importance of increase the allocation of resources for public basic education in municipalities. But institutional regulation of education must encourage redistributive measures and focused on those municipalities with less attendance capacity.*

**KEYWORDS**

*Education Policy; Education financing; Attendance capacity; IDEB; Municipal Education; Educational performance; Regulation.*